



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 46.2026

Tipo: Sessão Extraordinária - Comissão Geral Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 08/04/2026

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA - COMISSÃO GERAL SEMIPRESENCIAL (AM Nº 123/2020) DE 08/04/2026

COMISSÃO GERAL

Maria do Rosário (PT - RS) - A Deputada discursou na Comissão Geral destinada a debater o feminicídio. Defendeu o fortalecimento das políticas de enfrentamento ao feminicídio e afirmou que a violência contra a mulher representa violação de direitos humanos e exige atuação integrada do Estado. Além disso, ressaltou a importância da efetiva aplicação da Lei Maria da Penha e da criação de um sistema nacional articulado com outras políticas públicas. Ademais, mencionou propostas como ampliação de recursos, qualificação de medidas protetivas e fortalecimento de redes de atendimento. Por fim, enfatizou que o feminicídio poderia ser prevenido e cobrou ações concretas para proteger mulheres e famílias.

Lídice da Mata (PSB - BA) - A Deputada discursou na Comissão Geral destinada a debater o feminicídio, ressaltando a relevância do tema para toda a sociedade. Nesse sentido, relembrou avanços na participação feminina no Parlamento e a aprovação de leis de proteção às mulheres, como a Lei Maria da Penha e a tipificação do feminicídio. Além disso, apresentou dados que evidenciam o aumento da violência e o perfil das vítimas, com destaque para mulheres negras e casos ocorridos no ambiente doméstico. Ademais, apontou falhas na implementação de políticas públicas e defendeu maior articulação institucional. Por fim, reforçou a necessidade de ampliar a participação feminina na política e intensificar ações de prevenção.

Ministra Márcia Lopes - A Ministra das Mulheres discursou na Comissão Geral destinada a debater o feminicídio. Destacou a importância do debate sobre a violência contra as mulheres no Parlamento e reafirmou o compromisso do Governo Federal com a pauta. Nesse sentido, apresentou ações estruturadas a partir do Pacto Brasil contra o Feminicídio, envolvendo os três Poderes e diferentes esferas federativas. Além disso, enfatizou iniciativas voltadas à prevenção, como educação em direitos das mulheres, ampliação de redes de atendimento e políticas intersetoriais. Ademais, ressaltou a necessidade de integração entre União, Estados e Municípios para garantir efetividade das medidas. Por fim, defendeu a mobilização da sociedade e das instituições para romper o ciclo de violência e assegurar a proteção das mulheres.

Euma Mendonça Tourinho - A Presidente do Podemos Mulher de Rondônia discursou na Comissão Geral destinada a debater o feminicídio. Apresentou análise crítica sobre o enfrentamento da violência contra a mulher, destacando a necessidade de ir além da mensuração dos casos e atuar nas causas estruturais do problema. Nesse contexto, apontou falhas na proteção institucional e a recorrência de altos índices de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 46.2026

Tipo: Sessão Extraordinária - Comissão Geral Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 08/04/2026

feminicídio, mesmo com instrumentos legais disponíveis. Além disso, defendeu que o tema não deve ser tratado apenas no âmbito penal, enfatizando a importância da prevenção, educação e atuação integrada entre áreas como saúde, assistência social e segurança pública. Ademais, ressaltou a relevância de discutir padrões culturais e ampliar a presença feminina nos espaços de decisão. Por fim, cobrou políticas eficazes para evitar a violência antes de sua ocorrência.

Ana Paula Lima (PT - SC) - A Deputada discursou na Comissão Geral destinada a debater o feminicídio. Destacou o aumento dos casos de feminicídio no Brasil, apontando a gravidade da violência contra a mulher e a necessidade de enfrentamento estrutural. Nesse contexto, afirmou que o problema se inicia antes da morte, envolvendo ciclos de agressão e falhas na proteção institucional. Além disso, ressaltou ações do Governo Federal, como a recriação do Ministério das Mulheres, o Pacto Nacional de Prevenção e investimentos em políticas públicas. Ademais, apontou desafios na implementação dessas medidas em Estados e Municípios, com destaque para falhas na rede de proteção. Por fim, defendeu a criação de comissão especial para fortalecer a fiscalização e integração das políticas de combate à violência.

Talita de Lima Barbosa - A Vereadora da Câmara Municipal de Taubaté (SP) discursou na Comissão Geral destinada a debater o feminicídio. Abordou a violência contra a mulher a partir da realidade do interior de São Paulo, destacando o aumento de casos e a insuficiência de respostas institucionais. Nesse contexto, criticou a redução de investimentos públicos e relatou entraves políticos na aprovação de plano municipal de enfrentamento à violência. Além disso, apontou resistência de setores locais em debater o tema e questionou discursos que associam a violência a ameaças aos valores familiares. Ademais, ressaltou que grande parte dos casos ocorre no ambiente doméstico, exigindo debate mais amplo sobre cultura e proteção. Por fim, defendeu maior atenção às realidades regionais e compromisso efetivo com políticas públicas.

Jandira Feghali (PCdoB - RJ) - A Deputada discursou na Comissão Geral destinada a debater o feminicídio. Afirmou que a construção da Lei Maria da Penha resultou de ampla escuta nacional e revelou que a violência contra a mulher possui raízes estruturais, ligadas a relações de poder, desigualdades e heranças históricas. Além disso, defendeu que o enfrentamento exige ações integradas de prevenção, educação e aplicação efetiva das leis, com foco na mudança cultural e na atuação desde a infância. Ressaltou a importância do engajamento do Governo Federal e de políticas articuladas entre Poderes. Por fim, cobrou a tipificação da misoginia e maior consciência política para avançar na defesa dos direitos das mulheres.

Luciana Santos Silva - A Prof^a. da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) discursou na Comissão Geral destinada a debater o feminicídio. Destacou a gravidade das violências contra as mulheres,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 46.2026

Tipo: Sessão Extraordinária - Comissão Geral Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 08/04/2026

citando casos concretos ocorridos no sudoeste da Bahia para evidenciar a dimensão humana do feminicídio. Em seguida, apontou que as vítimas são majoritariamente mulheres pretas e pardas, relacionando o problema ao racismo estrutural. Além disso, denunciou falhas no sistema de Justiça, como a não aplicação do protocolo com perspectiva de gênero e limitações indevidas em medidas protetivas. Por fim, afirmou que o machismo antecede a violência física e defendeu a aprovação da criminalização da misoginia como medida essencial.

Mary Cruz - A Coordenadora Nacional do Elo Mulheres da Rede Sustentabilidade discursou na Comissão Geral destinada a debater o feminicídio. Destacou a gravidade do feminicídio no Brasil, ressaltando que os números representam vidas interrompidas, famílias afetadas e histórias silenciadas. Também afirmou que a violência decorre de uma estrutura marcada por misoginia e racismo, com maior impacto sobre mulheres negras, periféricas e LGBTQIA+. Além disso, apontou a violência política de gênero como obstáculo à participação feminina nos espaços de poder. Ainda defendeu maior presença de mulheres na política como forma de garantir representação e respostas às demandas. Por fim, reforçou a importância da mobilização social, reconheceu avanços recentes e afirmou a necessidade de ampliar proteção, visibilidade e voz para as mulheres.

Estela Bezerra de Souza - A Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulheres discursou na Comissão Geral destinada a debater o feminicídio. Destacou a relevância do debate sobre feminicídio, classificando-o como uma morte evitável e resultado de desigualdades de gênero. Em seguida, afirmou que o enfrentamento exige políticas públicas articuladas, com destaque para o papel do Governo Federal na recriação do Ministério das Mulheres e na implementação do Pacto Brasil contra o Feminicídio. Além disso, defendeu a criminalização da misoginia como instrumento para enfrentar a cultura de violência e ressaltou a importância da atuação do Judiciário com perspectiva de gênero. Também apontou a necessidade de envolvimento de instituições sociais e religiosas. Por fim, cobrou mais recursos e compromisso dos entes federativos para garantir proteção efetiva às mulheres.

Ana Pimentel (PT - MG) - A Deputada discursou na Comissão Geral destinada a debater o feminicídio. Destacou que o feminicídio constitui a etapa final de um processo histórico de opressão às mulheres. Em seguida, apontou a divisão sexual do trabalho como base dessa desigualdade e ressaltou o papel da misoginia, ampliada pelas redes sociais, na disseminação do ódio e na tentativa de controle sobre as mulheres. Além disso, defendeu a criminalização da misoginia aliada a políticas de prevenção e cuidado. Também relacionou o enfrentamento ao feminicídio à defesa da democracia e dos direitos. Por fim, convocou mobilização social para combater estruturas que perpetuam a violência e promover justiça social.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 46.2026

Tipo: Sessão Extraordinária - Comissão Geral Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 08/04/2026

Fernanda Melchionna (PSOL - RS) - A Deputada discursou na Comissão Geral destinada a debater o feminicídio. Destacou o avanço dos casos de feminicídio, com referência à situação do Rio Grande do Sul e ao impacto direto nas famílias das vítimas. Em seguida, relatou falhas na rede de proteção, como ausência de políticas públicas, fechamento de estruturas especializadas e ineficiência de medidas protetivas. Além disso, defendeu a divulgação do relatório da Comissão Externa sobre os Feminicídios ocorridos no Estado do Rio Grande do Sul, com diagnóstico e recomendações para enfrentamento do problema, incluindo maior financiamento e fortalecimento institucional. Também propôs o reconhecimento do feminicídio como epidemia e criticou a não inclusão da criminalização da misoginia na pauta legislativa. Por fim, reforçou a necessidade de mobilização para garantir a proteção das mulheres.

Olgamir Amancia Ferreira - A Conselheira do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher discursou na Comissão Geral destinada a debater o feminicídio. Destacou a gravidade do feminicídio e sua incidência crescente, inclusive no Distrito Federal. Em seguida, afirmou que o crime é evitável e exige ações articuladas entre Poderes e sociedade. Além disso, apontou a crueldade dos casos, com exposição das vítimas e impacto sobre crianças, e alertou para o avanço da misoginia nas redes sociais. Também defendeu a criminalização da violência digital e o fortalecimento de políticas educacionais como eixo central de prevenção. Por fim, ressaltou a importância de investimentos em educação e pesquisa para qualificar políticas públicas e enfrentar a cultura de dominação que sustenta a violência.

Maria Rosas (REPUBLICANOS - SP) - A Deputada discursou na Comissão Geral destinada a debater o feminicídio. Destacou, como Procuradora da Mulher na Câmara dos Deputados, o compromisso institucional no enfrentamento à violência contra a mulher. Também ressaltou que a atuação do órgão se estrutura em quatro pilares: saúde, combate às diversas formas de violência, empreendedorismo feminino e ampliação da participação política. Apontou que o feminicídio resulta de um ciclo contínuo de agressões e apresentou dados que evidenciam a gravidade do cenário, com crescimento dos casos e milhões de mulheres atingidas. Fez um balanço das iniciativas legislativas de sua autoria voltadas à proteção das vítimas, como monitoramento eletrônico, funcionamento contínuo de delegacias e apoio a órfãos do feminicídio. Por último, enfatizou a importância de ações concretas, capacitação profissional e integração entre instituições para romper o ciclo de violência.

Ana Maria Campos Cesario Martínez - A Coordenadora-Geral de Garantia de Direitos e Acesso à Justiça do Ministério das Mulheres discursou na Comissão Geral destinada a debater o feminicídio. Destacou a importância do Parlamento na construção de marcos legais de proteção às mulheres. Além disso, ressaltou que a Lei Maria da Penha e a tipificação do feminicídio estruturaram políticas públicas e defendeu sua



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 46.2026

Tipo: Sessão Extraordinária - Comissão Geral Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 08/04/2026

preservação diante de questionamentos. Também apontou avanços recentes, como o reconhecimento do feminicídio como crime autônomo e ações vinculadas ao pacto entre os Poderes. Além disso, informou iniciativas para aprimorar medidas protetivas, incluindo diretrizes nacionais, padronização de procedimentos e digitalização do formulário de avaliação de risco. Mencionou ainda medidas para proteger servidoras vítimas de violência. Ademais, enfatizou a necessidade de aplicação do protocolo com perspectiva de gênero e da atuação integrada entre instituições para garantir acesso à justiça e efetividade das políticas.

Ìyá Sandrali Bueno - A Vice-Presidenta do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) discursou na Comissão Geral destinada a debater o feminicídio. Destacou o papel do CNDM na formulação e monitoramento de políticas públicas e afirmou que o enfrentamento ao feminicídio exige participação social estruturada e fortalecimento dos mecanismos de controle social. Também alertou que o crime resulta de uma cadeia de violências associada a falhas institucionais, como ausência de integração entre políticas e deficiência na rede de atendimento. Criticou ainda a lentidão e a insuficiência de respostas em alguns Estados e cobrou implementação efetiva das normativas existentes. Defendeu a escuta qualificada das mulheres e dos territórios como base para ações públicas. Ao finalizar, enfatizou que o controle social deveria ser tratado como estratégia essencial no combate à violência.

Coronel Assis (PL - MT) - O Deputado discursou na Comissão Geral sobre o feminicídio e destacou que a impunidade é o principal fator que alimenta a violência contra a mulher no Brasil, mesmo diante da existência de três marcos legais: a Lei Maria da Penha, a tipificação do feminicídio e o Pacto Antifeminicídio. Apontou o aumento dos homicídios femininos e alertou para a gravidade da situação no Estado de Mato Grosso (MT). Relatou a sua atuação como ex-Comandante-Geral da Polícia Militar, quando implementou, em Mato Grosso (MT), a Patrulha Maria da Penha, programa de policiamento para a segurança de mulheres sob medidas protetivas de urgência. Defendeu ainda a atuação integrada dos Poderes e cobrou a participação do Poder Judiciário. Criticou também decisões brandas em casos de descumprimento de medidas protetivas e defendeu a prisão dos agressores. Ao final, informou que apresentou o Projeto de Lei (PL) nº 6.120, de 2023, que estabelece diretrizes e procedimentos para a avaliação da insanidade mental do acusado, visando aprimorar e tornar mais rigorosa a instauração do incidente de insanidade mental no processo penal, e o PL nº 723, de 2026, que altera o Código de Processo Penal para estabelecer prioridade e medidas de celeridade na tramitação dos processos relativos ao crime de feminicídio no âmbito do Tribunal do Júri.

Pedro Uczai (PT - SC) - O Deputado discursou na Comissão Geral sobre o feminicídio e destacou, como Líder da bancada do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Federação Brasil da Esperança, que o Pacto Contra o Feminicídio constitui responsabilidade ética, política e moral de toda a sociedade. Ressaltou que a violência



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 46.2026

Tipo: Sessão Extraordinária - Comissão Geral Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 08/04/2026

contra a mulher é praticada por homens e defendeu que o enfrentamento exige, além da punição, a construção de políticas públicas e financiamento para a formação de meninos e meninas em valores de igualdade. Enfatizou ainda que a bancada propôs grupos reflexivos e ações educativas para prevenir a violência e o feminicídio. Ao final, manifestou apoio ao Pacto conduzido pelo Presidente Lula e declarou o compromisso da bancada com a pauta de defesa das mulheres.

Benedita da Silva (PT - RJ) - A Deputada discursou na Comissão Geral sobre o feminicídio e destacou que o enfrentamento à violência contra a mulher exige ações concretas diante do agravamento dos casos. Ressaltou a necessidade de cumprir integralmente a Lei Maria da Penha e de fortalecer o Pacto Nacional Contra o Feminicídio, com a atuação conjunta dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e da sociedade civil. Ademais, defendeu a criação de um fundo nacional específico para financiar políticas públicas de prevenção, proteção e segurança das mulheres. Sustentou ainda a necessidade de fiscalização contínua por parte do Parlamento e da sociedade. Por fim, alertou para a urgência de medidas efetivas para conter o feminicídio e assegurar o direito das mulheres à vida e à segurança.

Maísa Guimarães - A Psicóloga e servidora da Secretaria de Estado da Mulher no Distrito Federal discursou na Comissão Geral sobre o feminicídio e destacou a importância do cumprimento da Lei Maria da Penha, especialmente quanto à reeducação de homens autores de violência doméstica. Ressaltou que os grupos reflexivos constituem instrumento de responsabilização e transformação de condutas, com base na superação de desigualdades de gênero. Ademais, apontou a ausência de norma técnica nacional para orientar esses programas e defendeu que sua gestão seja conduzida pelo Ministério das Mulheres. Enfatizou ainda a experiência do DF com o serviço Espaço Acolher e defendeu o fortalecimento das políticas no âmbito do Poder Executivo, inclusive com a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 383, de 2017, que altera a Constituição Federal para garantir recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Por fim, sustentou que o enfrentamento do feminicídio exige políticas estruturais sobre masculinidades e a desconstrução de padrões culturais que fomentam a violência contra as mulheres.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada discursou na Comissão Geral sobre o feminicídio e destacou a aprovação, no Senado Federal, do Projeto de Lei nº 3.880, de 2024, de sua autoria em conjunto com outras Parlamentares, que altera a Lei Maria da Penha para incluir a violência vicária dentre as definições de violência doméstica e familiar contra a mulher de que trata o respectivo art. 7º, manifestando sua expectativa de rápida conversão em lei. Informou ainda sobre a sanção, pelo Presidente Lula, do Projeto de Lei nº 2.942, de 2024, que determina a aplicação de monitoramento eletrônico para agressores em casos de violência doméstica, como medida de proteção às vítimas e prevenção de novos episódios de agressão, mas avaliou



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 46.2026

Tipo: Sessão Extraordinária - Comissão Geral Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 08/04/2026

que os avanços legislativos têm se mostrado insuficientes. Ademais, defendeu a garantia de recursos orçamentários para políticas públicas de prevenção ao feminicídio e anunciou que solicitará urgência na votação de proposições relacionadas ao tema. Ao final, ressaltou a importância da atuação da sociedade civil e apontou a necessidade de mudança de consciência social para o enfrentamento à violência contra a mulher.

Marina Silva (REDE - SP) - A Deputada discursou na Comissão Geral sobre o feminicídio e destacou que o referido crime hediondo constitui a expressão mais extrema da violência de gênero, caracterizado pelo assassinato de mulheres pelo fato de serem mulheres. Ressaltou que o feminicídio decorre de uma cultura patriarcal que naturaliza privilégios masculinos e da persistência de padrões que legitimam a violência, frequentemente ocorrida no ambiente doméstico. Apontou dados recentes sobre medidas protetivas, feminicídios e registros de violência doméstica para evidenciar a gravidade do problema. Ademais, defendeu a adoção de políticas públicas, punição efetiva e estrutura estatal de acolhimento às mulheres. Por fim, sustentou a necessidade de mudança cultural para reconhecer plenamente as mulheres como sujeitos de direitos e eliminar práticas que perpetuam a violência.

Socorro Neri (PP - AC) - A Deputada discursou na Comissão Geral sobre o feminicídio e afirmou que o Brasil enfrenta uma emergência de violência letal contra as mulheres, caracterizada por uma crise estrutural que exige resposta firme do Estado. Destacou que o feminicídio é o desfecho de um ciclo contínuo de violências e defendeu atuação integrada para prevenção, proteção e responsabilização dos agressores. Ademais, celebrou a aprovação, no Senado Federal, do Projeto de Lei (PL) nº 896, de 2023, que tipifica a misoginia como crime de discriminação. Defendeu ainda a urgência na análise da matéria pela Câmara dos Deputados e enfatizou o papel da educação e da transformação cultural no enfrentamento da violência. Por fim, sustentou a necessidade de ação coordenada do Estado para interromper o ciclo da violência.

Roseline Rabelo de Jesus Morais - A Secretária-Geral do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) discursou na Comissão Geral sobre o feminicídio e destacou a gravidade da violência letal contra as mulheres, apontando a ocorrência de três feminicídios e uma tentativa em 48 horas no Estado de Sergipe (SE) e dados nacionais que indicam mais de 1.500 mulheres assassinadas em 2025. Ressaltou que o feminicídio não constitui fato isolado, mas resultado de falhas sucessivas nas estruturas de proteção do Estado. Ademais, apontou que, no Distrito Federal (DF), 15,7% dos pedidos de medidas protetivas de urgência foram negados, deixando milhares de mulheres sem proteção judicial. Sustentou que a violência possui dimensão cultural e política, reforçada por narrativas que culpabilizam as vítimas, inclusive no ambiente digital. Por fim, afirmou que a OAB considera a prática de violência doméstica incompatível com a idoneidade



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 46.2026

Tipo: Sessão Extraordinária - Comissão Geral Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 08/04/2026

exigida para o exercício da advocacia e reafirmou o compromisso institucional com ações concretas de enfrentamento.

Delegada Katarina (PSD - SE) - A Deputada discursou na Comissão Geral sobre o feminicídio e apontou a gravidade da violência contra as mulheres, com base em dados nacionais que indicam mais de 1.500 feminicídios em 2025 e cerca de 7 mil casos entre mortes e tentativas. Ressaltou que a maioria dos crimes é praticada por companheiros e alertou para a persistência de falhas na proteção estatal, apesar do arcabouço legal existente. Ademais, destacou a realidade do Estado de Sergipe (SE), com aumento recente dos casos, mesmo diante de iniciativas como a Ronda Maria da Penha e a rede de proteção integrada. Defendeu a criação de Comissão Externa para investigar as falhas institucionais e propor medidas efetivas. Por fim, sustentou a necessidade de ações concretas para prevenir a violência e responsabilizar os agressores.

Laina Crisóstomo Souza de Queiroz - A ex-Vereadora de Salvador (BA) e fundadora da organização "Tamo Juntas" discursou na Comissão Geral sobre o feminicídio e destacou a complexidade da violência de gênero, que se manifesta de forma contínua e pode culminar no feminicídio. Ressaltou que o enfrentamento exige compreensão das múltiplas formas de violência, incluindo casos não plenamente contemplados pela legislação, como o lesbocídio e o transfeminicídio. Ademais, defendeu a atuação articulada em três eixos — social, legislativo e jurídico —, com fortalecimento da militância, ampliação da participação política e aplicação efetiva de protocolos com perspectiva de gênero. Por fim, sustentou a necessidade de aprovação de uma lei geral de enfrentamento à violência de gênero, sem a fragmentação normativa, como forma de garantir maior proteção às mulheres.

Carla Dickson (UNIÃO - RN) - A Deputada discursou na Comissão Geral sobre o feminicídio e afirmou que o Brasil vive um momento crítico, com aumento dos assassinatos de mulheres, defendendo a efetiva implementação e fiscalização das leis já existentes. Ressaltou a importância da destinação de recursos para políticas públicas e destacou a instalação da Casa da Mulher Brasileira em Mossoró (RN) com recursos de emenda parlamentar de sua autoria. Ademais, sustentou que a empregabilidade constitui fator essencial para romper o ciclo de violência, ao possibilitar autonomia financeira às vítimas. Por fim, enfatizou a necessidade de ampliar oportunidades de trabalho como medida concreta para prevenir o feminicídio.

Delegada Ione (AVANTE - MG) - A Deputada discursou na Comissão Geral sobre o feminicídio e afirmou que o Brasil vive um cenário alarmante, com cerca de 1.500 casos em 2025 e média de 4 mulheres assassinadas por dia. Apontou ainda o aumento dos julgamentos de casos de feminicídio e o crescimento de novos registros em 2026 como evidência da gravidade do problema. Ademais, destacou o elevado número de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 46.2026

Tipo: Sessão Extraordinária - Comissão Geral Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 08/04/2026

casos em Minas Gerais (MG) e sustentou que a violência não constitui fato isolado, mas uma crise nacional. Relatou também sua experiência como Delegada, evidenciando falhas na segurança efetiva para as vítimas, mesmo diante de medidas protetivas. Além disso, destacou sua atuação parlamentar com a relatoria de propostas que ampliam mecanismos de proteção, como o monitoramento eletrônico de agressores, e a autoria de iniciativas que fortalecem os direitos das vítimas, com aperfeiçoamento da Lei Mariana Ferrer, inclusive no ambiente digital. Por fim, defendeu a atuação preventiva do Estado.

Berenice D’Arc Jacinto - A Conselheira Nacional do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), discursou na Comissão Geral sobre o feminicídio e afirmou que a violência contra as mulheres constitui uma das maiores tragédias sociais do País, citando dados que indicam mais de 1.500 casos em 2025 e ocorrências recentes no Distrito Federal (DF). Sustentou que o feminicídio possui raízes históricas em estruturas patriarcais e escravocratas, que naturalizam a desigualdade e a violência, além de apontar o avanço da misoginia e de discursos de ódio, inclusive no ambiente digital. Ademais, destacou que mulheres negras são as principais vítimas e alertou para a gravidade de casos recentes, como o assassinato vicário. Defendeu ainda a responsabilização das plataformas digitais e enfatizou o papel central da educação na formação de valores de respeito e igualdade. Por fim, reivindicou o aprofundamento do debate de gênero nas escolas e afirmou o direito das mulheres à vida, à liberdade e à democracia.

Professora Marcivania (PCdoB - AP) - A Deputada discursou na Comissão Geral sobre o feminicídio e afirmou que a violência contra as mulheres constitui expressão extrema de uma estrutura baseada em desigualdade, controle e ódio. Destacou a gravidade dos casos no Estado do Amapá (AP), com assassinatos recentes, e sustentou que o feminicídio decorre de falhas na proteção estatal, iniciadas ainda nas fases de ameaça e violência prévia. Ademais, defendeu a necessidade de ações estruturais e informou que apresentou o Projeto de Lei (PL) nº 1.444, de 2026, que institui a Política Nacional Integrada de Prevenção e Enfrentamento ao Feminicídio (PNIPEF), organizada em eixos como prevenção, fortalecimento da rede de proteção, assistência às vítimas, autonomia econômica e rigor penal. Por fim, ressaltou a apresentação de outras iniciativas legislativas de sua autoria e afirmou a necessidade de atuação coordenada do Estado para prevenir os crimes.

Eutália Barbosa Rodrigues Naves - A Secretária-Executiva do Ministério das Mulheres discursou na Comissão Geral sobre o feminicídio e destacou que a violência contra as mulheres constitui problema estrutural vinculado a escolhas políticas e ao modelo de Estado. Ressaltou a reconstrução da política nacional para as mulheres no Governo Lula, com a recriação do Ministério das Mulheres em 2023 e a implementação



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 46.2026

Tipo: Sessão Extraordinária - Comissão Geral Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 08/04/2026

de programas estruturantes. Ademais, apontou a ampliação do Ligue 180, o fortalecimento da articulação com os Ministérios da Saúde, da Justiça e da Educação, e a expansão da rede de proteção. Elogiou ainda políticas direcionadas à autonomia econômica, como o Plano Nacional de Igualdade Salarial e Laboral entre Mulheres e Homens, e iniciativas na área de cuidados. Por fim, defendeu que o enfrentamento ao feminicídio exige atuação coordenada do Estado e prioridade política para garantir a democracia e os direitos das mulheres.

Flávia Moraes (PDT - GO) - A Deputada discursou na Comissão Geral sobre o feminicídio e afirmou que o Brasil enfrenta uma epidemia de violência contra a mulher, apesar da existência de legislação considerada avançada. Destacou o aumento dos casos mesmo diante da maior autonomia feminina e sustentou que o enfrentamento exige mudança cultural ampla, com participação do Estado, da sociedade e das instituições. Ademais, defendeu a efetiva aplicação das leis e o fortalecimento da rede de proteção. Além disso, parabenizou a bancada feminina pela apresentação do Projeto de Lei Complementar nº 41, de 2026, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Enfrentamento da Violência contra Meninas e Mulheres e a destinação de recursos às ações de enfrentamento ao feminicídio e de garantia da vida de meninas e mulheres. Por fim, enfatizou a importância da educação para promover o respeito e prevenir a violência.

Ellen Costa - A Coordenadora-Geral da Central de Atendimento à Mulher, do Ministério das Mulheres, discursou na Comissão Geral sobre o feminicídio e destacou o papel do Ligue 180 como instrumento central de prevenção, acolhimento e encaminhamento de casos de violência contra a mulher. Apontou que o serviço ultrapassou 1 milhão de atendimentos em 2025, com mais de 155 mil denúncias registradas, além de novos registros expressivos em 2026. Ressaltou que o canal atua como elo entre as vítimas e a rede de proteção, especialmente em regiões com baixa cobertura institucional, incluindo pequenos Municípios, áreas rurais e comunidades tradicionais. Ademais, sustentou que os dados do serviço permitem identificar padrões e orientar políticas públicas. Por fim, defendeu o fortalecimento e a integração do Ligue 180 com Estados e Municípios para ampliar a proteção e prevenir o feminicídio.

Maria Arraes (SOLIDARIEDADE - PE) - A Deputada discursou na Comissão Geral sobre o feminicídio e criticou o Presidente da Câmara dos Deputados pelo adiamento da votação do Projeto de Lei nº 896, de 2023, que criminaliza a misoginia, defendendo sua apreciação imediata. Sustentou que o feminicídio decorre do ódio contra as mulheres e lamentou o aumento dos índices em Pernambuco (PE). Ademais, alertou para a influência de conteúdos de ódio na internet e defendeu a educação como instrumento de prevenção. Por fim, reiterou a necessidade de criminalização da misoginia como medida de enfrentamento à violência.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 46.2026

Tipo: Sessão Extraordinária - Comissão Geral Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 08/04/2026

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada discursou na Comissão Geral sobre o feminicídio e esclareceu que o Projeto de Lei nº 896, de 2023, que criminaliza a misoginia, foi retirado da pauta desta semana para permitir a tramitação nas Comissões e o início de negociações. Destacou que a decisão do Presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, buscou construir consenso entre os Parlamentares, diante da complexidade do tema. Ao final, informou que participou de reunião de Líderes ao lado de outras Deputadas, representando diferentes bancadas, no contexto da definição da estratégia de tramitação.

Rogério Correia (PT - MG) - O Deputado discursou na Comissão Geral sobre o feminicídio e defendeu a inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 896, de 2023, que criminaliza a misoginia, sustentando que sua aprovação depende de mobilização e pressão política. Ademais, relatou caso ocorrido em Belo Horizonte (MG), no qual um guarda civil municipal tentou matar a ex-companheira, sendo impedido e preso pelas agentes de um grupamento especializado de proteção à mulher. Informou ainda que o agressor foi posteriormente liberado e retornou à corporação, passando a representar risco às próprias agentes responsáveis pela sua prisão. Além disso, elogiou a atuação do grupamento e apresentou diversas reivindicações para garantir estrutura física adequada, protocolos específicos de proteção às agentes e a reavaliação da permanência do agressor na Guarda Municipal. Por fim, cobrou providências da Prefeitura de Belo Horizonte (MG) para assegurar a proteção das agentes.

Heloísa Helena (REDE - RJ) - A Deputada discursou na Comissão Geral sobre feminicídio, defendendo a participação ativa das mulheres na política e destacou a importância de ocuparem espaços de decisão. Também afirmou que o ambiente político ainda apresenta práticas de machismo e preconceito em diferentes campos ideológicos.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada discursou na Comissão Geral sobre feminicídio, defendendo a aprovação de proposta que criminaliza a misoginia, ao associar o tema ao enfrentamento do feminicídio e da violência de gênero. Também apontou o papel das redes sociais na disseminação de discursos de ódio e defendeu a destinação de recursos públicos para políticas de combate à violência.

Otoni de Paula (PSD - RJ) - O Deputado discursou na Comissão Geral sobre feminicídio, destacando a importância do engajamento dos homens no enfrentamento da violência contra a mulher e do feminicídio. Também defendeu que crianças sejam educadas para o respeito e a igualdade de gênero, como forma de prevenir futuras violências.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 46.2026

Tipo: Sessão Extraordinária - Comissão Geral Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 08/04/2026

Lídice da Mata (PSB - BA) - A Presidente da Comissão Geral sobre feminicídio encerrou a sessão agradecendo a participação de todos e ressaltou a necessidade de aprofundar o debate com o Conselho Nacional de Justiça para garantir o cumprimento dos protocolos de proteção às mulheres. Destacou que medidas protetivas não poderiam ser negadas e que era fundamental ampliar recursos no Orçamento para políticas de prevenção e combate à violência contra a mulher. Ademais, defendeu ações conjuntas com o Ministério da Educação para preparar a rede escolar e reforçou a importância de votar projetos relevantes, mencionando avanços recentes, como a criminalização da violência vicária e a necessidade de discutir o crime de misoginia (Projeto de Lei nº 896, de 2023), cujo relatório seria encaminhado à Secretaria da Mulher e à Presidência da Casa.

ENCERRAMENTO